



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Nutrição
Trabalho de conclusão de curso 2
Professora Elisabetta Recine

Análise das declarações da Conferência Internacional em Nutrição 2 (ICN2)

Aluna: Luana Mello
Matrícula: 10/0034284

Brasília,
Março de 2015.

1. Introdução

A alimentação e nutrição constituem um dos direitos humanos básicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo assim, um direito de todos e um dever do Estado e por isso, são indispensáveis para a promoção da saúde. Por conta disso, a alimentação e nutrição precisa estar em pauta sempre para uma tentativa de melhoria da qualidade de vida da população. (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007)

A área de alimentação e nutrição, nunca foi o ponto principal das políticas públicas. Sempre contou com poucos recursos financeiros e técnicos, além da mão-de-obra nem sempre ser em número e treinamento suficiente. Aliás, as ações nesse campo também são pontuais e não existe articulação entre as várias existentes concomitantemente, mostrando a necessidade de promoção da multisetorialidade. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010)

Para que as ações em nutrição sejam eficientes e eficazes, é preciso pender para a transversalidade de todas as ações em vigência em determinado local, num mesmo período, pois só assim é possível existir ações articuladas entre si, multisetorialmente e com participação social. (ARRUDA; ARRUDA, 2007)

A situação nutricional do mundo continua em estado precário, com muitas pessoas se alimentando cada vez mais com alimentos ultraprocessados e fastfoods, enquanto outras não tem acesso à alimentos, ou não possuem renda suficiente para sua compra. Por isso, são inúmeros os desafios enfrentados para quem procura uma solução para todos os problemas alimentares no mundo. (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007)

Apesar disso, tem-se verificado uma redução no número de pessoas que passam fome no mundo, em números, oito milhões por ano. Também foi verificada uma redução no número de desnutridos e aumento na renda familiar, no Brasil. Porém, ainda é preciso considerar a necessidade de se combater a fome e insegurança alimentar no mundo. (DOMENE, 2003)

Foram realizadas várias reuniões para esse fim, com o intuito de juntar esforços de maneira global para a redução da fome e de outros problemas nutricionais. Essas reuniões (Cúpulas, Conferências, Conselhos) são de extrema importância para uma articulação global no quesito nutricional.

Uma das principais conferências realizadas foi a Conferência Mundial em Alimentação, em 1974, organizada pela FAO (Food and Agriculture Organisation). Nessa Conferência, os governos que estavam participando se comprometeram a diminuir a fome e a desnutrição em seus países. Outra reunião importante realizada foi o Fórum

Mundial de Alimentação, em 1996, que teve como principal foco, as questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. (DOMENE, 2003)

Existiram outras grandes reuniões, como a Primeira Conferência Internacional em Nutrição, realizada em 1992. Durante essa grande Conferência foram estabelecidas metas a serem cumpridas até determinado período, sendo que os países que participaram de tal conferência se comprometeram a tentar cumprir essas metas das mais diversas formas.

A última Conferência Internacional, foi realizada em Roma, no final de 2014, após mais de dez anos desde a última. Essa teve como objetivo tratar sobre a má nutrição em suas diversas formas de expressão. Tiveram presentes representantes de mais de 170 países, além de 150 representantes da sociedade civil e aproximadamente 100 representantes do setor privado.

A partir dessa conferência foi estabelecido a Declaração de Roma e o Marco de Ação, que foram aprovados pelos governos dos países participantes. Esses dois documentos responsabiliza os governantes pela implantação de políticas públicas e programas que tenham como resultado a erradicação da fome e desnutrição, assim como a promoção de um sistema alimentar que garanta alimentos seguros e em quantidade suficiente.

2. Materiais e métodos

Os discursos analisados foram retirados da internet, diretamente do site oficial da FAO. Os discursos, em sua maioria, estavam na língua inglesa, porém existiam alguns em espanhol, russo, chinês, árabe, italiano e português. Alguns dos discursos estavam disponíveis em duas línguas. Foram considerados para a análise somente os em inglês e espanhol e o único em português.

Para a análise, foi montada uma tabela do Word a partir da leitura prévia de alguns discursos. A tabela continha 10 colunas, sendo elas: 1) País, entidade ou setor. 2) Orador do discurso. 3) Diagnóstico do local (em agricultura, saúde, nutrição, economia, etc). 4) Ideologias e conceitos centrais que norteiam as ações, estratégias ou políticas. 5) Ações realizadas no momento. 6) Institucionalidade e prioridades. 7) Ações futuras (em diversos campos relacionados à nutrição). 8) Governança. 9) Monitoramento pós ICN2 10) Regras comerciais globais ou para comércio de alimentos.

A primeira coluna foi intitulada de tal forma, que pudesse englobar todos os discursos, incluindo aqueles que fossem de setor privado, sociedade civil e outros. A

segunda coluna foi incluída para identificar a posição na sociedade ocupada pelo discursador e posteriormente, analisar se tal cargo poderia interferir no foco do discurso.

A terceira coluna foi adicionada com o propósito de mostrar a situação atual do local em diversas áreas relacionadas à nutrição, e de que forma isso poderia interferir na adoção das ações posteriormente analisadas. A quarta coluna teve o objetivo de analisar quais as ideologias dos representantes dos países para a formação das ações, ou seja, o que os líderes dos países tinham em mente no momento de planejar as ações e políticas públicas.

A quinta coluna foi um resumo das principais que já estão em andamento nos locais, principalmente desde a última conferência e que vem fazendo alguma diferença na situação nutricional local. A sexta coluna objetiva definir a organização dos países para a ação futura, assim como as prioridades estabelecidas a partir do diagnóstico realizado anteriormente.

Já a sétima coluna, teve por objetivo mostrar as ações relacionadas à nutrição, em diversos campos, que serão iniciadas após a conferência. Na oitava coluna, objetivou-se mostrar se houve a preocupação com as relações entre o público- privado, entre o governo e a sociedade civil ou o setor privado, etc.

Na nona coluna, a intenção foi de demonstrar como os países ou entidades pretendem monitorar os seus sucessos ou falhas após a conferência. A décima coluna foi incluída com o objetivo de mostrar se após a conferência, haveria alguma modificação nas regras de comércio de alimentos entre os países.

A análise foi realizada a partir de uma leitura minuciosa dos arquivos disponibilizados pela FAO, identificando os pontos anteriormente explanados. Os quesitos identificados no discurso foram resumidamente escritos na tabela, para posterior análise. Não foi possível analisar todos os discursos, devido à falta de tempo para a realização do trabalho completo. Por conta disso, escolheu-se não analisar os discursos da sociedade civil e do setor privado, e só foram analisados alguns discursos do total.

Os discursos analisados foram divididos em continentes, de forma a verificar se existe concordância ou discordâncias importantes entre os países de um mesmo continente. Foram considerados continentes: América do Sul, América Central, América do Norte, Oceania, Ásia, Europa e África.

Após a análise dos discursos, foi feita a leitura do Plano de Ação e da Declaração de Roma, os dois discursos resultantes da conferência, que juntava todas as ideias e

propostas obtidas durante a reunião. Essa etapa foi realizada com a intuição de verificar se os discursos dos países estavam em concordância com o exposto nesses dois documentos.

3. Resultados e discussão

Foram analisados 38 discursos, de um total de 101, totalizando aproximadamente 38% dos discursos. Verificou-se que dois continentes estavam em maioria, sendo eles a Europa (28 discursos) e a África (26 discursos). Já a Ásia possuía 20 discursos, a América Central e América do Sul possuíam 9 discursos cada e a Oceania e a América do Norte, 5 e 4 discursos, respectivamente.

Durante a análise, foi possível perceber algumas semelhanças entre os discursos. Com relação ao cargo ocupado pelos oradores, verificou-se que a maioria fazia parte de algum órgão relacionado à saúde ou agricultura. Foi montada uma tabela, mostrando os resultados, explicitada abaixo.

Tabela 1 – Cargos ocupados pelos oradores do discurso.

Cargo ocupado (ministérios, conselhos, secretarias)	N	%
Relacionado à saúde	11	29%
Relacionado à agricultura	18	47,5%
Relacionado à segurança alimentar e nutricional	2	5%
Chefe de delegação (rei, presidente, etc)	7	18,5%

A tabela acima mostra que quase metade dos oradores dos discursos tinha ligação com algum órgão relacionado à agricultura, demonstrando a conexão da nutrição com a agricultura, visto que é nesse setor que começa o trabalho da nutrição, com educação nutricional e alimentar.

Seguido da agricultura, os oradores estavam ligados a órgãos da saúde, isso porque a nutrição está intimamente relacionada à saúde e bem estar da população em geral, já que a nutrição pode estar ligada à prevenção ou à promoção da saúde.

Com relação ao diagnóstico, verificou-se que a maioria dos países relatou melhorias na situação nutricional local, seja ela relacionada a saneamento, desperdício ou alfabetização de crianças e adultos. Foi montada uma tabela, mostrando os assuntos que apareciam nos diagnósticos. Um mesmo país, geralmente se enquadrava em mais de uma opção, já que os oradores abrangiam mais de um aspecto durante o discurso.

Tabela 2 – Aspectos relatados durante o diagnóstico dos países feito pelos oradores.

		N	%
Transição nutricional		4	10,5%
Pobreza	Redução	3	8%
	Alta prevalência	3	8%
Alfabetização		2	5%
Acesso à água potável		3	8%
Clima		2	5%
Obesidade e sobrepeso		8	21%
Desnutrição infantil	Alta prevalência	10	26%
	Redução	6	16%
Insegurança alimentar	Alta prevalência	3	8%
	Redução	1	2,5%
Agricultura		5	13%
Acesso a alimentos ruim		1	2,5%
Deficiência de micronutrientes	Redução	7	18,5%
	Alta prevalência	6	16%
Aleitamento materno exclusivo até os 6 meses	Baixa prevalência	1	2,5%
	Aumento	2	5%
Desnutrição crônica	Redução	5	13%
	Alta prevalência	1	2,5%
Má nutrição		8	21%
Doenças crônicas não transmissíveis	Alta prevalência	3	8%

As porcentagens estipuladas na tabela acima foram calculadas a partir do número de países analisados, de forma a facilitar o entendimento dos dados. Verificou-se que grande parte dos países mostrou redução em alguns aspectos nutricionais anteriormente com alta prevalência. Porém, a situação nutricional da população ainda enfrenta grandes problemas, como é possível ver na tabela.

É possível perceber que muitos países (10,5%) percebem a transição nutricional ocorrendo de forma explícita, ou seja, a redução gradativa do baixo peso e maior aparecimento de obesidade. Isso vem ocorrendo há alguns anos em diversos países, devido à modificação na alimentação base da população, principalmente em países mais

desenvolvidos, que modificaram sua alimentação antes de países menos desenvolvidos, passando de um consumo de alimentos in natura, para alimentos ultraprocessados e industrializados.

Por conta dessa transição nutricional e a modificação da alimentação da população, verificou-se um aumento da obesidade e sobrepeso. Muitos países demonstraram perceber essa obesidade crescente (21%) e conseqüentemente, um aumento na prevalência de doenças crônicas não-transmissíveis, como o diabetes e a hipertensão. Dos 38 países analisados, 8% demonstraram preocupação com essas doenças.

Apesar disso, pode-se perceber que muitos países ainda tem a desnutrição infantil ou crônica em larga escala, como foi verificado na análise. Vinte e seis por cento dos países mencionaram em seus discursos a alta prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos e mulheres em idade fértil, assim como 2,5% ainda apresentam alta prevalência de desnutrição crônica. Mas apesar de existir uma alta prevalência desses dois tipos de desnutrição, 13% e 16% mencionaram uma redução na desnutrição crônica e infantil, respectivamente.

Grande parte dos países que mencionaram altas prevalências de desnutrição em seus países tinham problemas de insegurança alimentar, sendo que 8% mencionaram esse problema em seus locais. A insegurança alimentar é caracterizada como a falta de acesso a alimentos de qualidade, seguros no âmbito nutricional ou microbiológico em quantidade adequada sem que isso interfira em outros aspectos da vida do indivíduo, como moradia ou saneamento básico. Relacionado a isso, 2,5% dos países mencionaram um acesso a alimentos inadequado, seja pela distância do local de compra de alimentos, seja pela falta dos mesmos, podendo ser caracterizado como insegurança alimentar também dessa população.

A má nutrição pode tanto contribuir para o aumento da obesidade, como para a desnutrição, já que pode estar ligada a um consumo inadequado de nutrientes, seja ele para menos ou para mais. Ou seja, uma pessoa pode estar sendo mal nutrida caso não tenha um consumo de calorias e nutrientes suficiente para si, ou caso consuma calorias e nutrientes inadequados (como gorduras trans e insaturadas) em excesso. Sendo assim, a preocupação com necessidade de reduzir a má nutrição dos países analisados é válida já que, resolvendo o problema da má nutrição, pode-se contribuir para a redução da obesidade e desnutrição crônica. Vinte e um por cento dos países relataram uma presente má nutrição da sua população.

Muitos países perceberam a redução da extrema pobreza da sua população (8%), e isso está intimamente relacionado à segurança alimentar e uma nutrição mais adequada, já que com o aumento do poder aquisitivo das pessoas, elas têm um maior poder de compra de alimentos adequados para seu consumo. Apesar disso, a última Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada em 2008-2009 (POF), demonstrou que quanto maior a renda de uma população, maior o consumo de alimentos industrializados e processados, e conseqüentemente, maior a prevalência de obesidade e sobrepeso. Essa mesma pesquisa mostrou que a população de menor renda consome mais arroz e feijão, enquanto a população com maior poder aquisitivo consome mais refrigerantes e fast-food. Porém, nesse caso, a redução da extrema pobreza, ou seja, pessoas que vivem com menos de um real por dia está intimamente relacionada a um maior poder de compra de alimentos antes inexistente.

Concomitantemente, 18,5% dos países relatou uma diminuição na deficiência de micronutrientes, em especial as deficiências de vitamina A, iodo e de ferro, em crianças e mulheres em idade fértil. Tais deficiências tem interferência, não somente no âmbito nutricional, mas podem também estarem relacionadas a uma maior aprendizagem na escola e produtividade no trabalho. Muitos países relacionaram essa diminuição com a redução da extrema pobreza e fortificação ou suplementação de alimentos. Apesar disso, 16% dos países acreditam ainda existir uma alta prevalência de deficiência de micronutrientes.

Por fim, 13% dos países analisados mencionaram a agricultura forte do seu país, mostrando mais uma vez a relação íntima entre esse aspecto e a nutrição. Uma agricultura reforçada em conjunto com a redução do desperdício pode permitir um maior acesso a alimentos pela população e uma melhor nutrição para os mesmos.

Durante a análise das ideologias que norteiam as ações ou políticas futuras dos países, percebeu-se que todos os países mencionavam a agricultura como ponto chave, apesar de não haverem tantas ações em planejamento com relação a isso, como será explanado posteriormente.

Entretanto, quase todos os países tinham em mente que o desenvolvimento da agricultura de seu país era essencial para a modificação dos diagnósticos ruins feitos por eles, mostrando mais uma vez a importância do desenvolvimento agrário como uma forma de combater a insegurança alimentar, a fome, desnutrição, obesidade e carência de micronutrientes, desde que seja uma agricultura manejada de forma adequada.

Também foram mencionados como pontos que norteiam o planejamento das ações a serem implantadas, o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a necessidade de redução do consumo de alimentos ultraprocessados e pobres em nutrientes, a promoção de uma alimentação adequada e saudável e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Todas essas questões são de extrema importância na nutrição da população, em especial o cumprimento do DHAA, já que o pensamento de criar ações que visem cumprir esse direito é uma maneira de abranger todas as áreas da nutrição, seja na forma de agricultura, ou de saúde ou de segurança alimentar. O DHAA é um direito humano indivisível, ou seja, não pode ser vendido ou repassado, universal e não discriminatório, que fornece a qualquer ser humano a segurança de que o seu direito de se alimentar será realizado de forma digna, saudável e ajustado com os seus hábitos alimentares e sua cultura. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010)

Para que isso seja possível, é necessário conhecer a realidade do local, dessa maneira fica mais fácil saber quais grupos tem maior risco de insegurança alimentar e violação desse direito, além de facilitar o reconhecimento do papel de cada setor da sociedade na superação dos quadros de violação. (BRASIL, 2013)

Um dos países analisados também mencionou como foco principal das ações a serem colocadas em prática, o papel da mulher na alimentação e nutrição da família, acreditando que o foco das ações deve ser na mulher como fornecedora de alimentos para todo seu domicílio. Isso é uma realidade vigente no mundo atualmente. Por exemplo, dados do Programa Bolsa Família, criado em 2004 no Brasil mostram que 55,3% dos titulares da conta são mulheres, ou seja, são elas quem compram e decidem o que a família inteira vai consumir e como o alimento vai ser consumido. Ter em mente esses fatos e realizar ações voltadas às mulheres como chefes de família e fornecedoras de alimentos para todos é de extrema importância.

Já com relação às ações já vigentes nos países analisados, verificou-se que houveram vários assuntos englobados nas ações, de forma a se obter um maior alcance no âmbito nutricional.

Muitos dos países analisados estão com o projeto Millenium DevelopmentGoals, um projeto que foi criado pela UNICEF em 2000, com o objetivo de estipular alguns objetivos a serem cumpridos pelos países que aceitaram participar. Esses objetivos tinham o intuito de serem alcançados até esse ano de 2015. É claro que nem todos os

países conseguiram cumprir todos os objetivos estipulados, mas uma grande parte conseguiu ser cumprida, dando à população uma maior qualidade de vida.

Também verificou-se que muitos países participavam do movimento ScalingUpNutrition (SUN), que se trata de um movimento que tem por base o princípio que todos tem o direito à uma alimentação adequada. A partir desse movimento, que junta diversos atores, que vão desde o governo, passando pela sociedade civil, até doadores e empresários, o governo se esforça em acabar com a má nutrição. Esse movimento tem como objetivo auxiliar com a colaboração entre os parceiros para a implementação de programas, mobilizar recursos.

Muitos países também se preocuparam em colocar em prática ações voltadas para a melhora da segurança alimentar e nutricional em seu país. Alguns, como a ilha de Seychelles fez até mesmo uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mostrando a importância de melhorar esse aspecto no local. A grande maioria dos países analisados englobaram SAN nas suas ações, seja em forma de Políticas Nacionais, seja em programas menores, mas com muita importância também. Como dito anteriormente, ao se colocar ações visando a melhoria da segurança alimentar e nutricional no seu país, é possível modificar vários aspectos nutricionais inadequados, visto que a SAN não aborda somente o aspecto nutricional dos alimentos, mas também sua qualidade e quantidade.

Vários países também tinham muitas políticas e programas voltados à melhoria da agricultura familiar, principalmente com relação a facilitar acesso a crédito por pequenos agricultores, de forma a melhorar as técnicas agrícolas implantadas por eles. A agricultura familiar é uma ótima maneira de zelar pela saúde da população, já que a maioria dos agricultores familiares não utiliza agrotóxicos, além de plantar frutas e vegetais da época, não necessitando de utilizar de química para fazer crescer e amadurecer os alimentos plantados. Também não agredem tanto o solo como a monocultura, que necessita de utilizar de maquinário tecnológico para o plantio e colheita que acaba por inutilizar o solo depois de um tempo. E também, por geralmente venderem seus insumos agrícolas perto de suas fazendas, diminuem o gasto com transporte, diminuindo também o custo para as famílias. Além disso, a agricultura familiar também reduz o gasto dos próprios agricultores e de suas famílias, já que os mesmos se alimentam dos vegetais e frutas que plantam.

Vários países também optaram por implantar as técnicas de fortificação de alimentos, a fim de reduzir as deficiências crônicas presentes. Hoje no Brasil, por

exemplo, é obrigatória a fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico, de forma a reduzir a anemia em crianças e mulheres em idade fértil. Também é fortificado o sal, com iodo, de maneira a reduzir o bócio, antigamente muito comum, e hoje já praticamente inexistente. Em muitos países analisados são utilizadas essas técnicas também, em especial em relação à anemia e ao bócio, assim como no Brasil.

A maioria dos países tem implementado hoje uma Política Nacional de Nutrição, ou um Plano de Ação Nacional de Nutrição, que são leis e planejamentos de diversas ações relacionadas à nutrição no país. Através do plano de ação, os líderes conseguem verificar quais são as prioridades nesse aspecto, e como será possível modificar o quadro atual. Assim, é possível ter uma visão de tudo o que está acontecendo atualmente no local, e planejar ações que possam melhorar a situação. As políticas nacionais são leis que obrigam os governantes dos países a colocar em prática ações que tenham algum impacto na situação atual do país. Essas políticas são de extrema importância para a sociedade, visto que de certa forma forçam os governantes a pensar em ações e estratégias que melhorem a qualidade de vida da população.

Muitos países também apostaram em remanejamento de dinheiro para a agricultura ou para ministérios envolvidos com nutrição. Por exemplo, Zimbábue criou a Agenda para Transformação Socioeconômica, que tinha como objetivo principal remanejar de 10-15% do PIB nacional para ministérios que trabalhem direta ou indiretamente com SAN, certificando que os mesmos tenham recursos suficientes ao tratar desse assunto.

Vários também acreditaram na multisetorialidade para a melhoria da situação nutricional dos seus respectivos países. Em Eritrea, por exemplo, foi criado o Corpo Interministerial, que era baseado na junção de representantes de ministérios ligados à nutrição, como o Ministério da Saúde, da Agricultura, de Recursos Marinhos, entre outros, como o objetivo de coordenar a formulação de normas, políticas e programas relacionados à nutrição. Já a Serra Leoa preferiu implementar o Plano de Implementação Multisetorial de Nutrição e Segurança Alimentar, que se tratava de política facilitadora para a melhoria da SAN no país. É de extrema importância que se tenha em mente a multisetorialidade que é a nutrição em si, já que ela depende de diversos fatores, como a agricultura, a pesca e a distribuição de alimentos, por exemplo, e ainda pode interferir na saúde da população.

Também foi mencionado pelo representante da Guatemala o Pacto Fome Zero, que se trata de um pacto nacional contra a fome, com diversos programas envolvidos para a redução da fome. Esse pacto também foi mencionado no discurso do México, mas no

contexto do programa Cruzada Nacional contra a Fome. Muitos países também mencionaram programas que tenham objetivo de reduzir a fome em seus países, confirmando o diagnóstico analisado anteriormente.

Além disso, foram mencionados Programas de transferência de renda ou alimentos, como o Programa Bolsa Família, aqui do Brasil, mencionado anteriormente. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi implementado um programas há mais de 50 anos, denominado Supplemental Nutrition Assistance Programm (SNAP), que dá *vouchers* para alimentação gratuitamente para a população carente, permitindo um maior contato deles com alimentos saudáveis. Apesar de não se tratar de um programa de transferência de renda ou de alimentos propriamente dito, esse programa auxilia na melhoria da alimentação da população, aumentando o acesso delas à comida. Semelhantemente, o International Fund of Agricultural Development (IFAD) desenvolveu um projeto que provia recursos para as famílias dos agricultores, para possibilitar a compra de alimentos além dos que eram plantados em seus terrenos, melhorando a variedade de ingestão de nutrientes.

Alguns países também mencionaram a suplementação da população com nutrientes cuja deficiência é um problema de saúde pública. Os principais nutrientes mencionados para a suplementação são a Vitamina A e o Ferro, principalmente para crianças e mulheres em idade fértil. Inclusive, vários países também mencionaram programas especialmente realizados para essas duas faixas etárias, que são idades que necessitam de cuidados nutricionais mais específicos.

Muitos países também se preocuparam com a promoção do aleitamento materno exclusivo (AME) até os seis meses, através de programas que permitam às mães entender a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses uma alimentação complementar adequada após esse período. Esses programas são importantes, visto que, uma alimentação adequada no início da vida tem interferência durante todo o restante da vida do indivíduo. Sabe-se que o falta de AME está intimamente relacionado ao aumento de morbidades e mortalidade em crianças. (KRAMER, 2002)

Alguns países também mencionaram programas que obrigam as escolas a fornecerem almoço gratuitamente, principalmente em escolas primárias, como foi mencionado no discurso da Suécia, por exemplo. Esse tipo de programa é muito importante, já que algumas famílias podem não conseguir fornecer o dinheiro necessário para a compra de alimentos durante o período em que a criança se encontra na escola.

Dessa forma, o governo contribui para o acesso a alimentos às crianças na escola, que como citado anteriormente, necessitam de maiores cuidados nutricionais.

Alguns países também estão preocupados em entender a nutrição, e implementaram centros de pesquisa em nutrição, higiene de alimentos, agricultura, culinária e outros aspectos relacionados, assim como centros de competência, que auxiliem a repassar esses conhecimento, especialmente às mulheres que são responsáveis pela compra e preparo de alimentos para as suas famílias. Entender a nutrição é um dos primeiros passos na modificação da situação nutricional ruim de algum lugar. Dessa forma, é possível ter uma visão mais abrangente, e permite uma formulação mais adequada de políticas e ações.

Outros programas foram citados por somente um país, como por exemplo, as Recomendações Metodológicas realizadas pela Ucrânia, que tinham o objetivo de fornecer recomendações para médicos acerca da nutrição, de forma que os mesmos possam repassar seus conhecimentos para os pacientes, aumentando assim, a abrangência do conhecimento sobre nutrição pela população.

Um outro programa muito interessante citado durante os discursos foi o Programa de Erradicação da Pobreza, da República de Botswana, que dentre outras ações, tinha a provisão de pacotes com dicas de alimentação saudável, incluindo como cultivar sua horta em casa e a criação de aves. Esses dois temas estão relacionados com a redução da pobreza, já que o gasto com hortas e criação de aves em casa é baixo, e o produto disso pode alimentar toda a família, sendo uma ferramenta muito útil na tentativa de redução da pobreza da população.

Já com relação à quinta coluna da tabela, sobre institucionalidade e prioridades de cada governo, verificou-se uma vasta gama de assuntos abordados. Os assuntos verificados foram colocados em uma tabela que foi descrita a seguir.

Tabela 3 – Temas verificados durante a análise da institucionalidade e prioridades dos governos.

Tema	Quantidade (n)	Porcentagem (%)
Reduzir a desnutrição, a fome e a pobreza	6	15%
Reduzir a deficiência de micronutrientes	1	3%
Aumentar ou qualificar recursos	7	18%
Reduzir desperdício	7	18%
Melhorar a agricultura local	13	34%

Promover uma nutrição adequada	5	13%
Aumentar a participação social	4	10,5%
Aumentar qualidade e cobertura das ações	4	10,5%
Promover a multisetorialidade	6	16%
Aumentar a SAN	11	29%
Promover o DHAA	4	10,5%
Focar em grupos vulneráveis	5	13%

Pode verificar a partir da tabela que grande maioria (34%) dos governos pretende melhorar a agricultura local, seja ela através do sistema agrário, seja através da agricultura familiar, seja promovendo a criação de hortas caseiras. A última citada é uma ótima maneira de reduzir a fome e a insegurança alimentar da população, já que, como explanado anteriormente, tem baixo custo, e sua produção é capaz de alimentar uma família inteira, ou até mesmo uma vizinhança. Sendo assim, a população que dispõe de hortas, tem alimentos baratos, frescos e sem a utilização de agrotóxicos sempre à disposição.

Muitos governos também afirmaram que uma de suas prioridades é aumentar a participação social na criação e implantação de programas e ações, sendo essa uma maneira de adequá-los à necessidade da população.

Muitos também pretendem focar na qualificação ou aumento de recursos humanos, técnicos ou financeiros. Muitos países mencionaram como prioridade o aumento de recursos financeiros para ações relacionadas à nutrição, assim como aumento de pessoal para a aplicação e fiscalização dos programas criados, além de maiores pesquisas no campo da nutrição, de forma a produzir programas mais adequados à necessidade da população.

Alguns países também tem a intenção de focar na redução do desperdício de alimentos, já que é sabido que com a sua redução, é possível diminuir a insegurança alimentar e mais pessoas podem ter comida sempre, principalmente se essa redução vem desde a colheita até a venda desse alimento.

Além disso, vinte e nove por cento dos países querem focar na promoção da Segurança alimentar e nutricional em suas ações. Esse tema como prioridade na criação de programas é imprescindível, já que ele trata tanto de qualidade do alimento, quanto de quantidade, por tempo indeterminado. A SAN pode abrir um leque extenso de

programas e ações possíveis a serem feitos no âmbito nutricional, melhorando vários aspectos da situação nutricional da população.

Com relação às ações futuras a serem implementadas pelos governos dos países, verificou-se uma vasta gama de programas e ações a serem implantadas. Como um todo, boa parte dos países pretendem colocar em prática ações relacionadas com realocação do dinheiro público ou com a revisão ou implantação de planos de ação nacionais.

Vários países também pretendem colocar em ação programas relacionados à agricultura, como por exemplo, a República de Lesoto, que irá iniciar um programa, chamado Programa de Desenvolvimento da Agricultura, que tem como objetivo principal realocar 10% do orçamento total adquirido no país para o desenvolvimento da agricultura do local.

Alguns países, assim como a Serra Leoa, devem instituir programas que tenham como objetivo principal a promoção do aleitamento materno exclusivo, o que se encontra de acordo com a análise feita do diagnóstico do local descrito pelos governantes de vários países. Ainda, muitos pretendem implantar programas que tenham o seu foco principal na nutrição de crianças e mulheres em idade fértil, também em congruência com o analisado anteriormente.

Da mesma forma, a Serra Leoa, assim como alguns outros países, também pretende implantar leis que deem início à suplementação e fortificação de alimentos, de maneira a reduzir a carência de micronutrientes mencionada durante o diagnóstico, discutido anteriormente. Por outro lado, a Ucrânia tem a intenção de criar leis que possibilitem a redução de sal e gordura trans em alimentos processados.

As ações futuras mencionadas durante os discursos relacionadas a SAN abrangiam vários aspectos, desde a melhora da agricultura até a redução do desperdício. Por exemplo, o governo da Guiné- Bissau pretende atingir os níveis mais altos da promoção de SAN, a partir da estruturação da coordenação acerca das atividades relacionadas a isso, já que melhorando a coordenação das ações, é possível aprimorar os programas criados a partir disso. Semelhantemente, a República de San Marino pretende criar um comitê de SAN, com a intenção de melhorar e produzir programas e ações relacionados a esse tema.

Alguns países tem a intenção de iniciar programas que incentivem a alimentação de certo tipo de alimento. Por exemplo, o Sri Lanka, pretende promover o incentivo do consumo de leite. Já Bangladesh pretende valorizar a cultura indígena, partindo da ideia

que sua principal fonte de proteína (peixes) é fonte de vitamina A, reduzindo as carências desse micronutriente.

Alguns países também citaram a criação de ações que visem a educação nutricional e alimentar de famílias, de maneira a dar maior autonomia à população quanto a sua própria alimentação e a de sua família. Myanmar, por exemplo, citou a criação de ações que tenham como foco o desperdício, sendo utilizado o recurso de educação nutricional para famílias e hotéis, que foram verificados como as maiores fontes de desperdício no país.

Uma ação isolada, mencionada somente pelo governo de Roma, porém muito interessante, é o remanejamento de terras inutilizadas e prédios abandonados para a agricultura urbana, fazendo uma espécie de horta coletiva para a sua população, além de melhorar o espaço urbano não utilizado pela população. Essa solução é uma forma muito simples de permitir que as pessoas que não tem recursos possam ter um alimento saudável, fresco e livre de agrotóxicos em suas casas com maior frequência.

Com relação à governança, todos os países que mencionaram alguma coisa sobre esse tópico tinham a mesma coisa em mente. Essas são quatro: 1- A necessidade da participação social, em especial na criação, implantação e fiscalização de políticas públicas. 2- O compartilhamento da responsabilidade financeira e técnica de todas as ações advindas da conferência com a FAO e a OMS, sendo que alguns ainda citaram as Nações Unidas. 3- A importância da cooperação global. 4- A importância das parcerias entre agricultores, ONGs, setor privado, público e sociedade civil.

Claro, é de extrema importância que haja participação social ativa nas políticas públicas, pois como foi citado anteriormente, as mesmas são para a sociedade e é necessário que todos participem na sua criação e implementação, pois assim, é certo que as ações serão realizadas para o bem comum. O compartilhamento da responsabilidade com a FAO e a OMS facilita muito a implementação de programas e políticas, já que as duas possuem recursos técnicos e financeiros, que quando compartilhados com os governos dos países, pode aumentar a eficiência e eficácia das ações realizadas. Com a cooperação global, é possível que haja um compartilhamento de ideias entre os governos, permitindo a abertura de um leque para a criação de programas, já que dessa forma, os governos podem comunicar-se entre si, mostrando como foi feita alguma ação, o que deu certo e o que pode ser melhorado para quem quiser implementar futuramente. Assim, os governantes dos países podem adquirir ideias de ações de outros países, melhorar e implantar, além de também poder existir uma troca de recursos entre

eles. A multisetorialidade também é de extrema importância, pois assim como a cooperação global, com a multisetorialidade, é possível haver uma troca de experiências entre os diversos setores da sociedade. Além do mais, os problemas da nutrição não são de responsabilidade de somente um setor, mas de vários, já que atinge todos eles direta ou indiretamente.

Já com relação à menção de algum tipo de monitoramento após a conferência, verificou-se que poucos países tiveram a preocupação em analisar uma maneira de monitorar as ações. Dos que mencionaram esse assunto, o governo de Eritrea pretendeu monitorar a volatilidade de preços dos alimentos e recursos agrícolas, de forma a reduzir a variação de preços, permitindo um acesso de alimentos a toda a população. O governo de Bangladesh criou para esse fim o Mecanismo de Supervisão Nacional, e também pretende revitalizar o Conselho Nacional de Nutrição, como uma forma de averiguar a eficácia de suas ações a partir da sociedade civil.

Já o governo do Paquistão tem a intenção de criar 50 centros de vigilância somente para fim de monitoramento das diversas ações que forem implementadas após a conferência. O governo da Guatemala mencionou a utilização atual, que será continuada de um Sistema de Monitoramento, o SIMON, também para esse fim. Ainda, o governo da Geórgia utiliza um sistema de aviso para segurança alimentar e nutricional, em especial nas áreas em que já se sabe serem áreas de risco.

Por fim, na última coluna, a que se tratava de regras globais de comércio de alimentos, verificou-se que assim como o monitoramento, poucos países mencionaram esse assunto durante o seu discurso. Somente o governo da Ucrânia discursou sobre esse tema, mencionando a criação de acordos comerciais com a União Europeia, que permitem a comercialização de certos tipos de alimentos entre eles. Esses tipos de acordos são interessantes de serem feitos, já que, quanto mais alimentos são trocados entre países, maior é a variedade de alimentos disponíveis para a população coberta.

4. Conclusão

Apesar dos esforços realizados pelos governantes dos países, a má nutrição e seus problemas advindos ainda estão muito presentes na sociedade mundial. Por isso, existe a importância de se fazer conferências e outros tipos de reuniões com líderes de todo o mundo, para que isso possa ser discutido e uma forma de melhorar essa situação possa ser encontrada.

Essa conferência teve um resultado muito positivo, visto que a partir dela surgiu o Marco de Ação e a Declaração de Roma, dois documentos que possibilitam aos países participantes a certeza de tentar mudar a situação nutricional atual em seu país.

Muitos dos países se preocuparam com a agricultura, não somente com a redução do número de pessoas que passam fome. Isso é de extrema importância na tentativa de alcançar a segurança alimentar e nutricional para todos.

Apesar da participação na conferência não ser obrigatória, a maioria dos países participaram ativamente, dando a sua contribuição na discussão e nos documentos finais. Isso mostra que grande parte do mundo está preocupada com as questões nutricionais na atualidade.

Verificou-se que houve um grande espaço de tempo entre uma conferência e outra. Isso mostra a necessidade de maiores eventos como esse, já que os países estão muito preocupados em melhorar a nutrição, e essa é uma maneira de auxiliar nesse processo.

5. Referências bibliográficas

Arruda, B.K.G.; Arruda, I.K.G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, jul./set., 2007

Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa de Orçamentos Familiares – Análise do consumo alimentar. 150 p. 2011

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social**. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. 263 p. Brasília, 2013

Domene, S.M.A. Indicadores nutricionais e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003

Ferreira, V.A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681, jul, 2007

Kramer, MS;Kakuma, R. The optimal duration of exclusive breastfeeding: a systematic review. Geneva: **World Health Organization**; 2002.

Pinheiro, A.R.O.; Carvalho, M.F.C.C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010